

 <p>TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ</p>	<h2>Termo de Referência</h2> <h2>Divisão de Suprimentos</h2> <h3>Nº 05 - Versão 04</h3>	 <p>MANUAL DAS CONTRATAÇÕES</p> <p>Clique para acessar</p>
(Processo Administrativo nº TJPA-PRO-2024/00954)		

1 - DA DEFINIÇÃO E NATUREZA DO OBJETO – art. 30, §1º, inciso I da IN nº 01/2023
Aquisição de insumos de impressão (toners e unidades de imagem), nos tipos e quantidades descritos na da tabela constante no ITEM 2, e conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento, por meio do Sistema de Registro de Preços, sob o critério de menor preço por lote e itens, em conformidade com os ditames do Art. 82 da lei nº 14.133/2021.
Indicar a natureza da contratação, baseado nas seguintes opções: <input type="checkbox"/> Serviço não continuado (por escopo) <input type="checkbox"/> Serviço de engenharia <input type="checkbox"/> Serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra <input type="checkbox"/> Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra <input type="checkbox"/> Serviço continuado misto: com e sem dedicação exclusiva de mão de obra <input type="checkbox"/> Serviços técnicos de natureza intelectual <input checked="" type="checkbox"/> Material de consumo, bem permanente / equipamento
O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Portaria nº 2.029, de 2023. https://www.tjpa.jus.br/CMSPortal/VisualizarArquivo?idArquivo=1306629



TJPA-PRO-2024-00954-V02



2 - INDICAÇÃO DAS QUANTIDADES - art. 30, §1º, inciso II da IN nº 01/2023						
Item	Catmat	Especificação	Unidade de medida	Qtde	Valor unitário	Valor total
LOTE 1						
1	15597	Cartucho toner - lexmark mx622	unidade	100	R\$ 1.306,83	R\$ 130.683,00
2	13863	Unidade de imagem - lexmark mx622	unidade	50	R\$ 595,92	R\$ 29.796,00
TOTAL 1						R\$ 160.479,00
LOTE 2						
3	15597	Cartucho toner - oki 4172	unidade	200	R\$ 275,84	R\$ 55.168,00
4	13863	Unidade de imagem - oki 4172	unidade	100	R\$ 609,23	R\$ 60.923,00
TOTAL 2						R\$ 116.091,00
LOTE 3						
5	15597	Cartucho de toner - cor preta - lexmark cx417de	unidade	2	R\$ 157,57	R\$ 315,14
6	15597	Cartucho de toner - cor magenta - lexmark cx417de	unidade	2	R\$ 162,68	R\$ 325,36
7	15597	Cartucho de toner - cor amarela - lexmark cx417de	unidade	2	R\$ 160,43	R\$ 320,86
8	15597	Cartucho de toner - cor ciano - lexmark cx417de	unidade	2	R\$ 149,22	R\$ 298,44
9	13863	Unidade de imagem - lexmark cx417de	unidade	1	R\$ 1.431,23	R\$ 1.431,23
TOTAL 3						R\$ 2.691,03
LOTE 4						
10	15597	Cartucho de toner - cor preta - xerox 6515dn	unidade	4	R\$ 63,62	R\$ 254,48
11	15597	Cartucho de toner - cor magenta - xerox 6515dn	unidade	4	R\$ 59,34	R\$ 237,36
12	15597	Cartucho de toner - cor amarela - xerox 6515dn	unidade	4	R\$ 59,34	R\$ 237,36
13	15597	Cartucho de toner - cor ciano - xerox 6515dn	unidade	4	R\$ 56,25	R\$ 225,00
TOTAL 4						R\$ 924,20
ITENS AVULSOS						
14	15597	Cartucho toner - lexmark mx611	unidade	200	R\$ 95,88	R\$ 19.176,00
15	13863	Unidade de imagem - lexmark mx611	unidade	100	R\$ 349,54	R\$ 34.954,00
16	15597	Cartucho toner - oki data es5112	unidade	400	R\$ 216,77	R\$ 86.708,00
17	13863	Unidade de imagem - oki data es5112	unidade	200	R\$ 160,34	R\$ 32.068,00
18	15597	Cartucho toner - lexmark ms610	unidade	240	R\$ 180,87	R\$ 43.408,80
19	13863	Unidade de imagem - lexmark mx610	unidade	120	R\$ 342,71	R\$ 41.125,20
20	15597	Cartucho toner - samsung 3310	unidade	250	R\$ 142,18	R\$ 35.545,00
21	15597	Cartucho toner - samsung 3750	unidade	250	R\$ 143,85	R\$ 35.962,50
TOTAL AVULSOS						328.947,50
TOTAL GERAL						R\$ 609.162,73



TJPA PRO 2024 00954 V02



* Valores definidos por meio de pesquisa informal de preços

3 - FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO - art. 30, §1º, inciso III da IN nº 01/2023

A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência, e resumida abaixo:

Justificativa da necessidade: *Garantir insumos de impressão para as impressoras utilizadas nas unidades administrativas e judiciárias deste TJPA.*

Resultados esperados: *Contribuir para a realização de atividades laborais desenvolvidas nas unidades administrativas e judiciárias deste TJPA que necessitam de impressão em papel.*

O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme detalhamento a seguir:

ID PCA no PNCP:	Não disponível	Data de publicação no PNCP:	Não disponível
Código da contratação no PCA:	SEADM38A24	Classe/Grupo:	Não disponível

4 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO - art. 30, §1º, inciso IV da IN nº 01/2023

A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência, e resumida abaixo:

Solução escolhida:

Diante das soluções apresentadas neste estudo e considerando que a contratação pleiteada é para suprir as demandas de impressão do TJPA enquanto a solução serviço de outsourcing de impressão é implantada em todas as unidades administrativas e judiciárias do TJPA, conclui-se que o novo registro de preços é a solução a mais adequada das formas de contratação, como principal vantagem a possibilidade de realização de aquisições de maneira parcelada e de forma discricionária, sem reserva financeira volumosa, como adequado gerenciamento de estoques, configurando assim a solução mais viável, eficiente e econômica.



5 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO - art. 30, §1º, inciso V da IN nº 01/2023	
Ponto 1: Sustentabilidade - art. 30, §1º, inciso X da IN nº 01/2023	
Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis: <input type="checkbox"/> Financeira: <input checked="" type="checkbox"/> Ambiental: <input type="checkbox"/> Social: <input type="checkbox"/> Outros: <input type="checkbox"/> Não se aplica Justificativa: Deve ser observado o sistema de logística reversa nos termos da Lei nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, regulamentada pelo Decreto nº 7.404/2010, devendo a contratada realizar a coleta dos resíduos oriundos da contratação para fins de devolução ao fabricante ou importador, responsáveis pela sua destinação final ambientalmente adequada, observando-se, conforme o caso, a periodicidade de 6 meses para o recolhimento de cartuchos e unidades de imagem fornecidos por ela.	
Ponto 2: Indicação de marcas ou modelos - art. 41, inciso I da Lei nº 14.133/2021	
Não há restrição de marcas ou modelos desde que atendida as especificações técnicas descritas no ITEM 2.	
Ponto 3: Da vedação de contratação de marca ou produto	
Não há vedação de contratação de marca ou produto desde que atendida as especificações técnicas descritas no ITEM 2.	
Ponto 4: Da exigência de amostra	
Não há necessidade de apresentação de amostra desde que atendida as especificações técnicas descritas no ITEM 2.	
Ponto 5: Da exigência de carta de solidariedade	
Não há necessidade de apresentação de carta de solidariedade.	
Ponto 6: Subcontratação	
<input checked="" type="checkbox"/> Não é admitida a subcontratação do objeto contratual. <input type="checkbox"/> É admitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:	
Ponto 7: Garantia da contratação	
Por se tratar de aquisição de materiais duráveis e estocáveis de características comuns, objeto certo e definido, não há necessidade de estabelecimento de parâmetros para a exigência de garantia contratual, tais como caução, seguro-garantia ou fiança bancária.	

6 - MATRIZ DE RISCOS - art. 30, §1º, inciso VI da IN nº 01/2023	
Obrigatório: <input type="checkbox"/> Obras e serviços de grande vulto <input type="checkbox"/> Obras e serviços de engenharia em regimes de contratação integrada e semi-integrada	Facultativo: <input checked="" type="checkbox"/> Aquisições e serviços diversos

7 - ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO E/OU SERVIÇO - art. 30, §1º, inciso VII da IN nº 01/2023
Catálogo padronizado: <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não
Características do objeto:



TJPA PRO202400954V02



LOTE 1 - ITENS ORIGINAIS		
ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE
1	CARTUCHO TONER - Original Lexmark (referência 56F0UA0 / 60F4X00) para impressora lexmark multifuncionais lasers monocromáticos mx622adhe, rendimento de 25.000 páginas, a 5% de cobertura. Embalagem com uma unidade.	100
2	UNIDADE DE IMAGEM - Original Lexmark (referência 56F0Z00) para lexmark multifuncionais lasers monocromáticos mx622adhe, com rendimento de 60.000 páginas. Embalagem com uma unidade.	50
LOTE 2 - ITENS ORIGINAIS		
ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE
3	CARTUCHO TONER original para impressora Oki ES4172: Partnumber 45807129 / 4318604	200
4	UNIDADE DE IMAGEM original para impressora Oki ES4172: partnumber: 44574320 / 44574317	100
LOTE 3 - ITENS ORIGINAIS OU NOVOS COMPATÍVEIS		
ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE
5	CARTUCHO TONER – original ou novo compatível (referência 71B4HK0 / 71B40K0) para a impressora LEXMARK CX417DE, cor preta, com capacidade para 2.500 páginas a 5% de cobertura.	2
6	CARTUCHO TONER – original ou novo compatível (referência 71B4HM0 / 71B40M0) para a impressora LEXMARK CX417DE, cor magenta, com capacidade para 2.000 páginas a 5% de cobertura.	2
7	CARTUCHO TONER – original ou novo compatível (referência 71B4HY0 / 71B40M0) para a impressora LEXMARK CX417DE, cor amarela, com capacidade para 2.000 páginas a 5% de cobertura.	2
8	CARTUCHO TONER – original ou novo compatível (referência 71B4HC0) para a impressora LEXMARK CX417DE, cor ciano, com capacidade para 2.000 páginas a 5% de cobertura.	2
9	UNIDADE DE IMAGEM - original ou novo compatível (referência 70C0Z50 / 700Z5) para a impressora LEXMARK CX417DE, cor colorida, com capacidade para 40.000 páginas, com 5% de cobertura. Embalagem com uma unidade.	1
LOTE 4 - ITENS ORIGINAIS OU NOVOS COMPATÍVEIS		
ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE



TJPA PRO202400954V02



10	CARTUCHO TONER - original ou novo compatível (referência: 106R03488) para impressora Xerox Workcentre 6515DN, cor preta, com rendimento para 5.500 páginas em média. Embalagem com uma unidade.	4
11	CARTUCHOTONER - original ou novo compatível (referência: 106R03485 / 106R03489 / 106R03694) para impressora Xerox Workcentre 6515DN, cor azul, com rendimento para 2.400 páginas em média. Embalagem com uma unidade.	4
12	CARTUCHOTONER - original ou novo compatível (referência: 106R034856 / 106R03490 / 106R03695) para impressora Xerox Workcentre 6515DN, cor magenta, com rendimento para 2.400 páginas em média. Embalagem com uma unidade.	4
13	CARTUCHOTONER-original ou novo compatível (referência: 106R03487 / 106R03491 / 106R03693) para impressora Xerox Workcentre 6515DN, cor amarela, com rendimento para 2.400 páginas em média. Embalagem com uma unidade.	4

ITENS AVULSOS - ITENS ORIGINAIS OU NOVOS COMPATÍVEIS

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE
14	CARTUCHO TONER - original ou novo compatível (referência 60FBH00), para impressoras lexmark 604h multifuncionais monocromáticas mx511dhe e mx611dhe – rendimento de 20.000 páginas, a 5% de cobertura. embalagem com uma unidade.	200
15	UNIDADE DE IMAGEM – original ou nova compatível (Referência: Lexmark 50F0ZA0 / 50F0Z00) para impressora a laser Lexmark MX611dhe, com rendimento de 60.000 páginas.	100
16	CARTUCHO TONER - original ou novo compatível (ref. 45807115 / 45807129 / 44917601) para a impressora a laser monocromática, modelo ES5112, rendimento para até de 12.000 páginas.	400
17	UNIDADE DE IMAGEM – original ou nova compatível (referência 44574317) para impressora a laser monocromática, marca Okidata e modelo ES5112, com capacidade para 30.000. Embalagem com uma unidade.	200
18	CARTUCHO DE TONER – original ou novo compatível (referência 50FBU00 / 50F4U00 / 50F4X00) para impressora multifuncional monocromática Lexmark MS610dn, com capacidade para 20.000 páginas a 5% de cobertura. Embalagem com uma unidade.	240
19	UNIDADE DE IMAGEM – original ou nova compatível (referência 50F0Z00 / 50F0ZA0), para impressora a laser Lexmark MS610dn, com capacidade para 60.000 páginas a 5% de cobertura. Embalagem com uma unidade.	120
20	CARTUCHO TONER – original ou novo compatível (referência MLT-D205L/XAA) para impressora Samsung ML-3310ND, com capacidade para 5.000 páginas a 5% de cobertura. Embalagem com uma unidade.	250



TJPA PRO202400954V02



21	CARTUCHO TONER – original ou novo compatível (referência MLT-D305L) para impressora Samsung ML-3750ND, com capacidade para 15.000 páginas a 5% de cobertura. Embalagem com uma unidade.	250
----	--	-----

8 - INDICAÇÃO DOS LOCAIS DE ENTREGA DOS PRODUTOS, E/OU DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, E DAS REGRAS PARA RECEBIMENTOS PROVISÓRIO E DEFINITIVO, QUANDO FOR O CASO – art. 30, §1º, inciso VIII da IN nº 01/2023

Ponto 1: Condições de Entrega

Cronograma de entregas:

As entregas deverão ser de forma parcelada, durante a vigência de ata, a critério da administração deste TJPA, sendo que os pedidos de compra serão realizados no percentual mínimo de 20% da quantitativo registrado de cada produto.

Prazo de entrega:

As entregas deverão ocorrer em até 30 dias, contados a partir do envio das notas de empenho ao fornecedor, por meio de e-mail institucional.

Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

Local de entrega:

Os materiais deverão ser entregues no seguinte endereço:

Almoxarifado Central do Tribunal de Justiça do Estado do Pará – TJPA.

- Endereço: Rodovia Augusto Montenegro Nº 4950, Km 04, bairro Parque Verde, Belém-Pará, CEP 66.635-110.
- Ponto de referência: Em frente ao Parque Shopping, entre o Condomínio Montenegro Boulevard e a Escola Raimundo Martins Viana;
- Horários de entrega: das 08:00 às 16:00 horas, de segunda a sexta-feira; exceto feriados
- Responsáveis pelo recebimento: Mário Pinto e Rubem Santos – Tel.: (91) 3131-6875.

Ponto 2: Recebimento

Podem ser consideradas as disposições contidas na Seção XII (Recebimento provisório e definitivo) da IN nº 01/2023 do TJPA.

O **Recebimento Provisório** será realizado pelo fiscal técnico para efeito de posterior verificação da conformidade com a especificação do objeto adquirido, sendo efetuado no momento da entrega, ou em até 5 (cinco) dias desta, oficializando-se com o atestado no canhoto e frente da nota fiscal, desde que sejam verificadas as seguintes características:

- a) Integridade da embalagem e/ou produto, sendo analisados todos os componentes a fim de identificar qualquer avaria ou defeito;
- b) A quantidade entregue fisicamente deve corresponder à quantidade constante na nota fiscal.

O **Recebimento Definitivo** deverá ser efetuado em até 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento provisório, satisfeitas as condições abaixo:

- a) Compatibilidade do produto entregue com as especificações exigidas neste Termo de Referência e constantes da proposta da empresa fornecedora;



TJPA PRO202400954V02



- b) Conformidade do documento fiscal quanto à identificação do comprador (TJPA), descrição do produto entregue, quantidade, preços unitários e total;
- c) Verificada alguma falha no fornecimento, será feito o registro formal e informado à empresa fornecedora, para que proceda à sua correção no prazo de até 10 (dez) dias, contados da data de recebimento da notificação da Administração;
- d) Os itens que estiverem em desacordo com as especificações exigidas neste instrumento ou apresentarem vício de qualidade ou impropriedade para o uso serão recusados parcial ou totalmente, conforme o caso, e a empresa fornecedora será obrigada a substituí-los em 10 (dez) dias, contados da data de recebimento da notificação da Administração;
- e) Caso os objetos sejam entregues desmontados, o recebimento definitivo será realizado após a conclusão do processo de montagem, que é de responsabilidade do fornecedor.
- f) Ressalvadas as disposições da Lei 8.078/1990 (CDC).

9 - GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA - art. 30, §1º, inciso IX da IN nº 01/2023

[] O prazo de garantia legal será de 90 dias, conforme estabelecido no Art. 26, inciso II da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

[] O prazo de garantia contratual dos produtos, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, ___ (___) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

[X] O prazo de garantia contratual dos materiais, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 09 (nove) meses, totalizando 12 (doze) meses de garantia, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

- A garantia será prestada com vistas a manter os materiais fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.
- A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos materiais pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas específicas.
- Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos produtos, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.
- Os componentes que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do produto.
- Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos produtos que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da data de retirada do produto das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.
- O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.



- Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar produto equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.
- Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos produtos.
- O custo referente ao transporte dos produtos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.
- A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

10 - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO - art. 30, §1º, inciso XI da IN nº 01/2023

Estratégia e abordagem adotada para alcançar os resultados esperados desde o início até o encerramento da ata de registro de preços:

Obrigações:

Obrigação do Contratante (TJPA):

- Prestar informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada, proporcionando todas as condições para que esta possa cumprir suas obrigações na forma e prazos estabelecidos
- Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidas no Edital do Pregão e em seus anexos;
- Efetuar o pagamento na forma e prazo estabelecidos em Ata de Registro de Preços;
- Atestar o recebimento dos itens entregues bem como sua adequação às especificações exigidas, rejeitando os que não estiverem de acordo com as especificações do termo de referência, por meio de notificação à empresa contratada;
- Aplicar penalidades cabíveis por descumprimento do pactuado em Ata de Registro de Preços;

Obrigação do Contratado (fornecedor):



- Disponibilizar endereço, números de telefone fixo, telefone móvel e e-mail que possibilitem contato imediato entre o contratante e a contratada;
- Receber a Nota de Empenho e a ordem de autorização recebidas por e-mail. Confirmar, pelo mesmo meio, o recebimento de ambas, no prazo de até 24h;
- Atender aos telefones informados na proposta, no horário das 08:00 às 16:00h, bem como responder aos e-mails da fiscalização no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, cujo endereço eletrônico também deve ser disponibilizado em proposta;
- Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento do objeto fornecido;
- Fornecer produto conforme especificação, marca, validade/garantia e preço propostos na fase de cotação, e nas quantidades solicitadas pelo TJPA;
- Comunicar ao TJPA toda e qualquer irregularidade ocorrida ou observada durante a fase de fornecimento do produto;
- Efetuar a troca dos produtos que forem recusados pela Administração, devido ao não atendimento às especificações exigidas no Termo de Referência ou por vícios e/ou defeitos identificados, sem qualquer ônus para o TJPA, no prazo máximo de 10 (cinco) dias, contados do recebimento da notificação por parte do TJPA;
- Prestar informações e esclarecimentos solicitados pelo TJPA;
- Efetuar a entrega do produto e emitir Nota Fiscal nas quantidades e descrições solicitadas, conforme estabelecido na Nota de Empenho;
- Cumprir os prazos estipulados pelo TJPA, conforme constam neste Termo de Referência;
- Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência;
- Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na aquisição;
- Responsabilizar-se pela montagem do objeto, produto, equipamento, bem ou material, quando for o caso;

11 - PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA E SUA PROSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO - art. 30, §1º, inciso XII da IN nº 01/2023

O prazo de vigência da contratação é de 1 (um) ano contado da assinatura da Ata de Registro de Preços, prorrogável por igual período, na forma do artigo 84 da Lei nº 14.133, de 2021.

O prazo de vigência da contratação é de (máximo de 5 anos) contados do(a), prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

A Ata de Registro de Preços oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.



TJPA PRO202400954V02



12 - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO - art. 30, §1º, inciso XIII da IN nº 01/2023		
Ponto 1: Estabelecimento de condições gerais		
A Ata de Registro de Preços deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.		
Ponto 2: Fiscalização		
Fiscal Técnico	Nome do servidor Titular: Bruno Vieira dos Santos Matrícula	Matrícula: 116513
	Nome do servidor Substituto: Marcus Sérgio Ferreira Neves	Matrícula: 104426
Ponto 3: Gestor do contrato		
Nome do servidor Titular: João Victor Ferreira Almeida		Matrícula: 178098
Nome do servidor Substituto: Claiyson Mendonça Duarte		Matrícula: 58629

13 - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO - art. 30, §1º, inciso XIV da IN nº 01/2023	
Os critérios de medição e de pagamento são fundamentais para estabelecer parâmetros claros que orientem o acompanhamento do cumprimento das obrigações contratuais e a determinação dos valores a serem pagos	
Ponto 1: Liquidação e Pagamento	
Será efetuado de acordo com a nota fiscal de fornecimento, com prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados da data do atesto do recebimento dos produtos na nota fiscal, após verificada a conformidade da execução e documentação respectiva.	
Ponto 2: Forma de Pagamento	
O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.	
Ponto 3: Antecipação de Pagamento	
Não se aplica para presente contratação.	
Ponto 4: Cessão de Crédito	
Não se aplica para presente contratação.	



TJPAPRO202400954V02



14 - FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR/PRESTADOR DE SERVIÇO - art. 30, §1º, inciso XV da IN nº 01/2023
Ponto 1: Forma de seleção, modo de disputa, critério de julgamento da proposta e agrupamento do objeto
<p>A MODALIDADE de licitação será:</p> <p><input type="checkbox"/> Concorrência</p> <p><input type="checkbox"/> Concurso</p> <p><input type="checkbox"/> Leilão</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Pregão</p> <p><input type="checkbox"/> Diálogo competitivo</p> <p>A forma de seleção será:</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Eletrônica</p> <p><input type="checkbox"/> Presencial</p> <p>O modo de disputa será:</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Aberto</p> <p><input type="checkbox"/> Fechado</p> <p><input type="checkbox"/> Aberto e fechado</p> <p><input type="checkbox"/> Fechado e aberto</p> <p>O critério será:</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Menor preço</p> <p><input type="checkbox"/> Maior desconto</p> <p>O agrupamento do objeto:</p> <p><input type="checkbox"/> Por Item</p> <p><input type="checkbox"/> Por lote</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Por item / lote</p> <p>Justificativa: A escolha do critério de menor preço por lote e por itens avulsos justifica-se em razão de alguns produtos guardarem relação entre si de natureza técnica, fato que possibilita aquisições dentro de um mesmo padrão de qualidade. Além disso, o agrupamento em lote permite que empresas especializadas no fornecimento destes produtos possam reduzir preços, tendo em vista a possível economia de escala.</p>
Ponto 2: Forma de fornecimento
<p><input type="checkbox"/> Integral</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Parcelado</p> <p><input type="checkbox"/> Continuado</p>
Ponto 3: Exclusividade para ME's e EPP'S
<p>Valor estimado de até R\$ 80.000,00</p> <p>Licitação</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Não</p> <p><input type="checkbox"/> Sim</p> <p>Item / lote</p> <p><input type="checkbox"/> Não</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Sim</p>



Exclusivo às ME/EPP

Licitação

Não

Sim

Item / lote

Não

Sim

Justificativa para não adoção:

Não há, no momento, nenhum parâmetro de um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados localmente ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório. Somente após a elaboração da Pesquisa de Preços fica evidente item/lote com valores abaixo de R\$80.000,00 (oitenta mil reais) para serem destinados a ME e EPP.

Não é vantajoso para a administração pública, conforme demonstrado

Representa prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado



Assinado com senha por CLAIKSON MENDONCA DUARTE, BRUNO VIEIRA DOS SANTOS e SIDALIA DO AMARAL FERREIRA.

Use 3969253.27535836-8051 - para a consulta à autenticidade em

<https://apps.tjpa.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3969253.27535836-8051>

Documento gerado por CRISTIANE DE SOUSA LIMA *Data e hora: 27/05/2024 15:35



TJPA PRO202400954V02



Ponto 4: Exigências de habilitação
Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:
Qualificação Econômico-Financeira
<ul style="list-style-type: none"> • Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples; • Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II); • Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando; • Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um); <p>Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;</p> <p>Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.</p> <p>Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo OU patrimônio líquido mínimo 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.</p> <p>As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).</p> <p>O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.</p>
Qualificação Técnica
O LICITANTE deverá apresentar no ato da apresentação da proposta, atestado de capacidade técnica, emitido por entidade pública ou privada, que comprove que a empresa já forneceu produtos com a mesma natureza e complexidade dos objetos, em quantidade igual ou superior a 30% do quantitativo licitado para o item que concorrer.
Ponto 5: Consórcio
<input type="checkbox"/> Será possível a participação de consórcios de empresa. <input checked="" type="checkbox"/> Não será possível a participação de consórcios de empresa. Justificativa obrigatória: O Objeto a ser contrato não é considerado de alta complexidade ou vulto.
Ponto 6: Admissão de Cooperativa - FACULDADE
<input checked="" type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim

15 – REAJUSTE - art. 30, §1º, inciso XVI da IN nº 01/2023
O reajuste contratual é uma cláusula essencial para contratos de médio e longo prazo, visando garantir a correção dos valores contratados em função da variação de índices econômicos ao longo do tempo.
<input checked="" type="checkbox"/> Não se aplica por se tratar de aquisição <input type="checkbox"/> Serviços continuados



TJPA PRO202400954V02



16 - ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO - art. 30, §1, º inciso XVII da IN nº 01/2023

[X] O custo estimado total da contratação é de R\$ 609.162,73 (seiscentos e nove mil, cento e sessenta e dois reais e setenta e três centavos), obtido por meio da fonte de dados:

- Pesquisa de preços realizada de acordo com os parâmetros da IN 65/2021 do Ministério da Economia

[] O valor de referência para aplicação do maior desconto corresponde a R\$.....

[] A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

[] O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas.

Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023).

17 - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - art. 30, §1º, inciso XVIII da IN nº 01/2023

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Tribunal de Justiça do Estado do Pará

A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Gestão/Unidade: 040102 – Tribunal de Justiça do Estado do Pará – Fundo de

Reaparelhamento Judicial – Secretaria de Administração

Fonte de Recursos: 1759 – Recursos Próprios FRJ e FRC

Programa de Trabalho

Item de despesa – 2024/1548

Ação: 8193 – Aparelhamento das Unidades Judiciárias - 1º Grau

Ação: 8194 – Aparelhamento das Unidades Judiciárias - 2º Grau

Ação: 8195 – Aparelhamento das Unidades Judiciárias - Apoio Indireto à Atividade Judicante

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00.00.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO

Exercício financeiro 2024: R\$ 396.869,35

Exercício financeiro 2025: R\$ 132.289,78

18 - SANÇÕES APLICÁVEIS E GRADAÇÕES – art. 30, §1º, inciso XIX da IN nº 01/2023

18.1. Com fundamento nos artigos 155 e 156 da Lei n. 14.133/2021, a CONTRATADA:

18.1.1. Será sancionada com advertência, caso dê causa à inexecução parcial da ata de registro de preço, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

18.1.2. Ficará impedida de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo da rescisão unilateral da ata de registro de preço ou instrumento correspondente, quando praticar as seguintes infrações e não se justificar a imposição de penalidade mais grave:

- a) Der causa à inexecução parcial da ata de registro de preço que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) Der causa à inexecução total da ata de registro de preço;



Assinado com senha por CLAIKSON MENDONCA DUARTE, BRUNO VIEIRA DOS SANTOS e SIDALIA DO AMARAL FERREIRA.

Use 3969253.27535836-8051 - para a consulta à autenticidade em

<https://apps.tjpa.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3969253.27535836-8051>

Documento gerado por CRISTIANE DE SOUSA LIMA *Data e hora: 27/05/2024 15:35



TJPA PRO202400954V02



c) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da ata de registro de preço sem motivo justificado.

18.1.3. Será declarada inidônea para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, quando praticar as seguintes infrações:

- a) Aquelas previstas para a sanção de impedimento de licitar e contratar com a União, quando se justificar imposição de penalidade mais grave;
- b) Apresentar declaração ou documentação falsa durante a execução da ata de registro de preço;
- c) Fraudar ou praticar ato fraudulento na execução da ata de registro de preço;
- d) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- e) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846/2013.

18.1.4. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, por qualquer das infrações previstas no art. 155 da Lei n. 14.133/2021, e não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) ou superior a 30% (trinta por cento) do valor total do empenho.

18.1.4.1. A multa compensatória será aplicada para o caso de inexecução parcial ou total da ata de registro de preço nos seguintes percentuais e condições:

- a) De 20% (vinte por cento) do valor da parcela do objeto não entregue, no caso de inexecução parcial da ata de registro de preço;
- b) De 30% (trinta por cento) do valor total do empenho, no caso de inexecução total da ata de registro de preço.

18.1.4.2. A inexecução parcial da ata de registro de preço restará configurada, entre outras hipóteses, quando a CONTRATADA:

- a) Atrasar em prazo superior a 30 (trinta) dias a entrega do objeto e esta, apesar de realizada, não ocorreu em sua totalidade.

18.1.4.3. A inexecução total da ata de registro de preço restará configurada, entre outras hipóteses, quando a CONTRATADA:

- a) Atrasar a entrega do objeto em prazo superior a 30 (trinta) dias e a sua totalidade não for entregue.

18.1.4.4. A multa de mora será aplicada quando a CONTRATADA ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado e aceito pela CONTRATANTE, entre outras hipóteses:

- a) Em 0,5% (cinco décimos por cento) do valor unitário do produto, por dia e produto em atraso.

18.1.4.5. Além das multas compensatórias por inexecução parcial ou total do contrato e das multas de mora estabelecidas, serão aplicadas multas por descumprimento de obrigação contratual, entre outras hipóteses, nos seguintes percentuais e condições:

- a) 1% (um por cento) a 10% (dez por cento) do valor do empenho, quando a CONTRATADA entregar o objeto com especificações incompatíveis com as exigidas no contrato ou no edital e anexos da licitação que deu origem à contratação.

19. DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - art. 30, §2º, incisos I a XV da IN nº 01/2023

Será adotado o Sistema de Registro de Preços?

[] Não.



<p><input type="checkbox"/> Sim. Dadas as características do bem ou serviço, há a necessidade de contratações frequentes;</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Sim. Por ser mais conveniente a aquisição de materiais com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços necessários ao TJPA para o desempenho de suas atribuições; Motivação técnica a justificar a opção: possibilidade de realizar as aquisições de forma discricionária durante o período de vigência da ARP, não gerando gastos financeiros elevados de uma única vez.</p> <p><input type="checkbox"/> Sim. Por ser mais conveniente a aquisição de materiais ou a contratação de serviços para o atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo.</p> <p><input type="checkbox"/> Sim. Devido à natureza do objeto, não é possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pelo TJPA.</p> <p>O objeto a ser licitado se refere a serviço comum de engenharia?</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Não</p> <p><input type="checkbox"/> Sim. Nesse caso, atende aos seguintes requisitos cumulativos? (Na falta de algum deles, não será possível adotar o SRP)</p> <p><input type="checkbox"/> Há projeto padronizado, sem complexidade técnica e operacional;</p> <p><input type="checkbox"/> Há a necessidade permanente ou frequente do serviço a ser contratado.</p>
<p>Haverá previsão para órgãos participantes à Ata de Registro de Preços gerenciada pelo TJPA?</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Não. Justificativa técnica: consulta prévia aos órgãos demanda esforços técnicos e operacionais excessivos, impossibilitando a execução adequada do procedimento.</p> <p><input type="checkbox"/> Sim.</p> <p>Será dispensada a divulgação da Intenção de Registro de Preço – IRP?</p> <p><input type="checkbox"/> Não.</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Sim. Justifica-se a não divulgação de Intenção de Registro de Preço, nos termos da alínea “e” do inciso II do Art.5º da Portaria nº 1007/2024-GP - falta de estrutura administrativa para gerenciar e recepcionar os quantitativos, valores e locais de entrega de outros órgãos que, possivelmente, participariam da IRP.</p> <p>Haverá previsão para adesão de órgãos não participantes à Ata de Registro de Preços gerenciada pelo TJPA?</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Não.</p> <p><input type="checkbox"/> Sim. Justificativa técnica: TJPA se configura como único contratante conforme Art. 5º, incisos II, item “e”, da Portaria nº 1007/2024-GP.</p>
<p>Possibilidade de registro de mais de um fornecedor:</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Sim</p> <p><input type="checkbox"/> Não</p>
<p>Possibilidade de registros de preços diferentes:</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Não</p> <p><input type="checkbox"/> Sim</p> <p><input type="checkbox"/> Quando o objeto for realizado ou entregue em locais diferentes</p> <p><input type="checkbox"/> Em razão da forma e do local de acondicionamento</p> <p><input type="checkbox"/> Quando admitida cotação variável em razão do tamanho do lote</p> <p><input type="checkbox"/> Por outros motivos.</p>
<p>Possibilidade de prorrogação da Ata de Registro de Preços</p> <p><input type="checkbox"/> Não</p>



TJPA PRO202400954V02



[X] Sim. Justificativa: desde que comprovada vantajosidade financeira, conforme previsto no art. 84 da Lei 14.133/2021.
Condições para alteração de preços registrados:
Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos materiais registrados, cabendo ao TJPA promover as negociações junto a contratada, observadas as disposições contidas na alínea “d”, do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.
Vedação à participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital
Hipóteses de cancelamento da ata de registro de preços e suas consequências
A ata de registro de preço será cancelada quando a contratada: <ul style="list-style-type: none"> • Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços; • Não aceitar reduzir os preços registrados, na hipótese destes se tornarem superiores àqueles praticados no mercado; • Sofrer sanção prevista nos III e IV do <i>caput</i> do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.
Da celebração de instrumento contratual após a homologação do Certame
Não haverá necessidade de elaboração de instrumento de contrato, devido à contratação tratar-se de um processo de aquisição com entrega parcelada, a critério do TJPA, em até 30 (trinta) dia após o envio da nota de empenho, que não trará obrigações futuras entre as partes, excetuando a garantia legal do fabricante do produto, que é perfeitamente gerenciada pela Ata de Registro de Preços.

Modelo de TR padronizado	Versão 01	Data de retirada do Portal do TJPA: 07/03/2024
--------------------------	-----------	--

Belém, 13 de maio de 2024.
<p>Claiyson Mendonça Duarte Matrícula: 58629 Integrante requisitante</p> <p>Bruno Vieira dos Santos Matrícula: 116513 Integrante técnico</p> <p>Sidália Souza do Amaral Matrícula: 892 Integrante administrativa</p>



TJPA PRO 2024 00954 V02

